

**GERAÇÕES DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E ESCOLARIÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS CONFIGURADAS POR GOVERNOS LOCAIS:
DIREITOS E ESFERA PÚBLICA¹**

**LOCAL GOVERNMENT GENERATION OF EDUCATION POLICIES FOR
YOUNGSTERS AND ADULTS**

Elmir de Almeida*
Marli Pinto Ancassuerd**

El artículo presenta y analiza las formas en que los gobiernos locales situados en el área metropolitana del Grande Sao Paulo (Brasil), en los últimos años, conciben y ejecutan las políticas públicas para la educación de jóvenes y adultos. Las políticas examinadas fueron desarrolladas por los ejecutivos locales de la región del ABC Paulista, entre 1987-2003, en esta temporalidad fue posible ver el surgimiento y la coexistencia de dos "generaciones de políticas": el primero basado en la idea del estado del bienestar y el segunda, anclado en el principio de la participación social y con objetivos de expansión y diversificación de la esfera pública. De las investigaciones desarrolladas, se examinó también los lugares que los actos públicos han ocupado en las estructuras burocráticas de las administraciones loca-

¹ Este *paper* resulta das atividades de pesquisa desenvolvidas entre 2003-2006, no âmbito do *Projeto Juventude, escolarização e poder local*. A investigação foi realizada em sete regiões metropolitanas do país - João Pessoa, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre, sob a responsabilidade de uma rede de pesquisadores vinculados a universidades públicas e comunitárias. Em âmbito nacional, a pesquisa foi coordenada por Marília Pontes Sposito (FEUSP) e Sérgio Haddad (PUC/SP) e contou com apoio da FAPESP, CNPq e agências de fomentos locais e regionais.

* Professor Doutor da Universidade de São Paulo. Brasil. Correo electrónico: elmir@srv1.ffclrp.usp.br

** Professora-Mestre do Centro Universitário Fundação Santo André e doutoranda da FEUSP. Brasil

les y la contribución que han hecho para garantizar la participación social de los sujetos implicados, el establecimiento de nuevos actores (individuales y colectivos), la ampliación y el fortalecimiento de la esfera pública.

Gobierno local - Políticas públicas - Educación de jóvenes y adultos -
Políticas para la educación de jóvenes y adultos

The article presents and analyzes the ways in which local governments located in the metropolitan area of Grande Sao Paulo (Brazil), in recent years, devise and implement government policies for youth and adult education. The policies examined were developed by local authorities in the region of the Paulistan ABC, between 1987-2003, at the time it was possible to see the emergence and coexistence of two "generations of public policies": the first based on the idea of the welfare state and second, based on social participation and aiming to the expansion and diversification of the public sphere. Our study also considered the locations in which public acts have occupied in the bureaucratic structures of local administrations and the contribution they have made to ensure the social participation of the subjects involved, the establishment of new actors (individual and collective), the expansion and strengthening of the public sphere.

Local government - Public policies - Youngster and adult education
- Youngster and adult education policies



Introdução

As análises formuladas por pesquisadores sobre os modos de agir do governo da União no setor educacional, a partir dos anos da década de oitenta, explicitam a configuração de um quadro bi-polar quanto à importância atribuída à educação da pessoa jovem e adulta, por aquela esfera de poder.

Para os governos da Federação, num momento a situação de analfabetismo entre jovens e adultos foi compreendida com uma "vergonhosa e secular dívida" a ser resgata, pois tal situação desnudava os padrões de velhas desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira e, portanto, o investimento do Poder Público na superação do analfabetismo foi alçado

em “imperativo categórico” (Beiseigel, 1996). Em outro momento, sobretudo nos anos da década de noventa, o problema do analfabetismo da pessoa jovem ou adulta foi tomado como uma questão política de somenos importância e os governos da União desmontaram institucionalidades que tinham por função pública conceber, desenhar, implementar e acompanhar políticas públicas desta modalidade de educação. Além disso, nesse período, os modos de agir dos gestores do Estado brasileiro se caracterizaram, ainda, pelo constante deslocamento para outros atores institucionais ou para atores e setores da sociedade civil a responsabilidade pelo financiamento bem como pela prestação de serviços educacionais e de escolarização das pessoas jovens e adultas.

Beiseigel (1996), por exemplo, avalia que nem mesmo as conquistas obtidas com a Constituição Federal promulgada em 1988, no plano formal-legal, foram capazes de induzir novos modos de agir do governo federal no enfrentamento do analfabetismo ou da baixa escolaridade entre jovens e adultos brasileiros. Se, por um lado, a Lei maior consagrou o direito à educação básica para todos assim como a obrigatoriedade do Estado pelo seu atendimento público, por outro, os governos dos anos da década de oitenta e noventa fizeram tabula rasa de tais preceitos e praticamente se furtaram a cumprir com “os deveres indeclináveis dos poderes públicos.” (Beiseigel, 1996: 1)

Posição similar a de Beiseigel (1996) expressam outros pesquisadores ao ajuizarem que em termos de ações de alfabetização ou escolarização de jovens e adultos os governos da União, até 2003, pautaram suas ações no sentido de “pulverizar”, “descentralizar/desconcentrar” a responsabilidade pela condução e coordenação de ações públicas nestas áreas, deixando aos governos estaduais ou locais e à sociedade civil a competência por desenhar e implementar ações que pudessem saldar a dívida histórica acumulada.

A configuração de um quadro com tais matizes permitiu a Sposito e Hadadd (2003) afirmarem que mesmo diante do alargamento do direito à educação dos segmentos jovens e adultos ocorrido na segunda metade dos anos da década de oitenta, as políticas públicas para esse grupo social foram marcadas por

processos de inclusão precária e marginal, território este particularmente vulnerável à redefinição dos papéis do Estado e das organizações sociais, das fronteiras entre a responsabilidade pública e privada, entre as políticas sociais compensatórias e a filantropia, movi-

mentos estes que informam o comportamento dos agentes públicos governamentais e não governamentais na formação das políticas públicas...” (Sposito e Haddad, 2003: 6)

Neste cenário, assumem relevância as investigações e análises, de natureza acadêmico-científica, centradas na formas de agir de governos de Executivos municipais quando empenhados em assegurar o direito de acesso à educação ou escolarização aos segmentos jovens e adultos, pois as formas políticas de agir de determinados governos municipais podem explicitar como, no plano local, as políticas públicas engendradas contribuíram para a emergência de práticas inovadoras e de participação de atores e setores distintos da sociedade civil, nos processos de formulação, desenvolvimento e avaliação das ações públicas para esta modalidade de educação.

Assim, este artigo tem como objetivo oferecer uma contribuição ao mesmo tempo descritiva e analítica sobre atuações de Executivos municipais no campo da educação e escolarização de pessoas jovens e adultas moradoras da região do Grande ABC, espacialidade urbana que integra a área Metropolitana da Grande São Paulo. Embora cientes de que as análises aqui apresentadas não se prestam a generalizações, pois se tratam de iniciativas de esferas locais de poder, elas, contudo, auxiliam no processo de conhecimento sobre como o direito à educação e escolarização de jovens e adultos vem figurando em realidades cidadinas integrantes de áreas metropolitanas do país, no período de redemocratização da sociedade e do Estado brasileiros, a partir de meados dos anos oitenta.

O local e o regional como cenários de investigação e análise

As análises aqui apresentadas decorrem de investigação sobre experiências de políticas públicas de educação e escolarização de jovens e adultos desenvolvidas por governos locais dos sete municípios que conformam o Grande ABC - Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, territorialidade que espacialmente integra o tecido urbano da Região Metropolitana da Grande São Paulo.³

³ De acordo com a Empresa Paulista e Planejamento Metropolitano S/A - EMPLASA, órgão do governo do Estado de São Paulo, em 2.000, a Grande São Paulo era articulada por 39 municípios; sua população total era de 17,8 milhões de habitan-

Desde os anos da década de oitenta, o Grande ABC vem se deparando com uma intensa mutação no quadro da indústria: muitas empresas migraram para outros espaços do Brasil e outras encerram suas atividades em função das dificuldades encontradas diante das novas exigências impostas pelo processo de reorganização da produção industrial. Essa realidade impacta a composição e estruturação do mercado de trabalho na Região do ABC, havendo uma diminuição significativa do número de trabalhadores no setor industrial assim como a expansão das taxas de desemprego aberto e oculto. Além disso, o ABC viu expandir o número de estabelecimentos do setor de serviços e comércio. No entanto, é preciso ressaltar que esta mutação não pode ser interpretada como uma opacidade da importância da indústria no ABC, pois é exatamente em função de sua importância que o setor terciário se desenvolveu e se diversificou em nível regional. (Matteo, Tapia, 2002).

Além da pujança do seu parque industrial, o que de fato vai singularizar a região tornando-a peculiar foi e é a capacidade de agir de seus atores que vincaram no seu espaço-tempo a marca das lutas operárias. Essas deitam suas raízes no nascedouro da própria indústria, beneficiou-se da influência do anarco-sindicalismo (1881-1922) e impôs-se contra as péssimas condições de trabalho a que estavam submetidos os operários das fábricas daquela região. Essa luta se estendeu pelas décadas de 30 a 50, e também se alimentou da presença e ação do Partido Comunista Brasileiro - PCB que, além das questões específicas dos trabalhadores da região, carregava bandeiras nacionais e internacionais contra o capitalismo e pela transformação da sociedade (1928-1948). O fim da década dos 70 e o início dos anos 80 viram surgir o novo sindicalismo no Grande ABC, passando a ser referência de luta, nacional e internacionalmente, em função da capacidade de autodeterminação dos seus trabalhadores e da politização das questões do trabalho (Médici, Pinheiro, 1990 *apud* Nakano, 2004, Sader, 1988).

Contudo, outros atores sociais, além dos operários, produzem seus territórios, suas temáticas, suas bandeiras de luta e identidades coletivas: os estudantes, as mulheres, os jovens, os trabalhadores da cultura, os pro-

tes; seu território era de 8.051 Km² e a área urbanizada era de 2.139 Km². Em termos de PIB *per capita* a Região Metropolitana de São Paulo contava com um dos municípios que tem os melhores PIB/*per capita* do Estado - São Caetano do Sul e aquele detinha o pior PIB/*per capita*, Francisco Morato. São Caetano do Sul é o município brasileiro que detém o maior IDH no País.

fessores, compondo um quadro ímpar, pois heterogêneo e dinâmico (Martins, 1994; Vieitez, 1999 *apud* Nakano 2004).

Ainda, na Região, desde meados da década de 80, as administrações locais do ABC contam com governos gestados por partidos progressistas e de natureza democrática, sobressaindo-se o PT em Diadema, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Em São Bernardo do Campo, desde 1989, tem ocorrido uma alternância de partidos progressistas no governo do Executivo municipal, tais como, PT, PSDB, PPS e PSB⁴. Neste quadro, é possível constatar uma exceção e ela incide sobre São Caetano do Sul que, no Executivo municipal, conta com governos de natureza ideológica conservadora e tradição política de centro-direta, gestados por representantes do PP, do PFL ou do PTB⁵.

Esta conjuntura histórica regional permitiu que a maioria dos governos das administrações municipais do ABC instituisse novos padrões de interações entre o Estado – na sua dimensão local – e a sociedade, assim como implementassem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, a conquista de direitos, a participação social de seus moradores e o alargamento da esfera pública. (Pontual, 2000; Daniel Filho, 2003)

É neste quadro de referências que vemos surgir no Grande ABC desde 1983/4, investimentos públicos efetuados pelos Executivos Municipais nas áreas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) e do ensino superior que, inequivocamente, têm contribuído para o incremento dos indicadores de escolaridade de distintas gerações (infantil, juvenil e adulta) de cada um dos municípios e da Região. (Almeida, 2001; Nakano, 2004). Assim, entre 1987 e 2000, o ABC viu nascer um conjunto significativo de programas, projetos e ações no campo da educação da pessoa jovem e adulta. Tal movimento ancorou-se no princípio ético-político do direito à educação e contra o aligeiramento pedagógico existente nas políticas compensatórias, como a da educação supletiva e nos programas de educação de jovens e adultos gestados pelos governos da União em décadas recentes.

⁴ PT – Partido dos Trabalhadores; PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira; PPS – Partido Popular Socialista; PSB – Partido Socialista Brasileiro;

⁵ PP – Partido Progressista; PFL – Partido da Frente Liberal; PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

As duas gerações de políticas públicas de educação de jovens e adultos no Grande ABC - 1987 a 2000

Os municípios do ABC, desde 1987, percorreram um caminho no sentido de instituir políticas públicas de educação de jovens e adultos, sendo possível identificar três grandes modalidades de programas, projetos e ações:

- a) Ensino Fundamental e Ensino Médio de educação de jovens e adultos (EJA, SEJA e PROMAC), estruturado no interior do sistema municipal de educação, como uma das vertentes da escola;
- b) Telecurso, Ensino Fundamental- 2º segmento e Ensino Médio, uma reprodução de proposta concebida fora do âmbito municipal, pela Fundação Roberto Marinho, assumida pelo executivo local;
- c) MOVA-Regional e PROALFA⁶ - Projeto de Alfabetização de Adultos, estruturados por atores e setores diversos, do poder público e da sociedade civil, como *ação civil pública* para a erradicação do analfabetismo, em alguns casos como a garantia de adultos e jovens cursarem até o 1º segmento do Ensino Fundamental;

A existência dessas três modalidades de política de educação de jovens e adultos não significa que no interior de cada uma delas não haja diferenças. O Quadro 1 permite dimensionar essa diversidade.

⁶ Desenvolvido conjuntamente pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e Instituto Mauá de Tecnologia.

Quadro 1

Programas de educação de jovens e adultos implementados por governos locais do Grande ABC, por níveis de atendimento, 1987-2000

Município	Programa/ Projeto/ Ação	Nível de atendimento			
		Alfabetização	En. Funda- mental 1º seg- mento	En. Funda- mental 2º seg- mento	Ensino Médio
R. Gde da Serra	MOVA	■			
S. Caetano do Sul	PROALFA	■			
Ribeirão Pires	MOVA	■	■		
Santo André	MOVA	■	■		
	SEJA		■		
Diadema	MOVA	■	■		
	EJA	■	■	■	
São Bernardo	MOVA	■			
	PROMAC		■	■	
	Telecurso			■	■
Mauá	MOVA	■			
	EJA	■	■	■	■

Data-base:2003

O conteúdo do Quadro permite afirmar que na região houve um inquestionável investimento, efetivado por todos os Executivos municipais do ABC, no sentido de erradicar o analfabetismo e, em alguns casos, garantir escolaridade até a 4ª série do Ensino Fundamental às pessoas jovens e adultas. Essas ações explicam porque o índice de alfabetização, em todos os municípios do ABC, se aproxima de 1, situação considerada ideal, quando se toma para análise os índices produzidos por Pochmann et al, 2003. (Tabela 1)⁷.

⁷ O "Atlas da exclusão" do Brasil toma como referência cada município do País. Ao fazê-lo, são trabalhados diversos índices, dentre eles o de escolaridade e o de alfa-

Tabela 1

Índice de escolaridade e de alfabetização dos Municípios do Grande ABC e do Brasil, 2000

Municípios do ABC-2000	Índice de escolaridade	Índice de alfabetização
Diadema	0,600	0,886
Mauá	0,603	0,886
Ribeirão Pires	0,689	0,909
Rio Grande da Serra	0,569	0,866
Santo André	0,754	0,921
São Bernardo	0,769	0,912
São Caetano	0,878	0,949
Brasil	0,455	0,696

Fonte: Atlas da exclusão social no Brasil.

Pochmann *et al.* 2003.

Os tempos do ABC, as concepções das políticas de educação de jovens e adultos e o nível de institucionalização

As concepções das diferentes políticas de educação de jovens e adultos na Região do ABC, no momento de seu surgimento, relacionam-se diretamente com as posições político-partidárias daqueles que estavam à frente do governo da cidade. Das posturas ético-políticas dos governos, sobre o direito de jovens e adultos se escolarizarem, também decorre um determinado nível de institucionalização das políticas.

betização que “quantifica a participação da população no legado técnico-cultural da sociedade. Para isso, apurou-se o tema Conhecimento por meio dos indicadores ‘anos de estudo do chefe de família’ e ‘alfabetização da população acima de cinco anos de idade”. (Pochmann *et al.*, 2003: 17). “Para interpretar o resultado de cada município basta ter em mente que: 1) o índice varia de zero a um; 2) as piores condições de vida equivalem a valores próximos a zero, enquanto as melhores situações sociais estão próximas de um”. (Pochmann *et al.*, 2003: 19).

Quadro 2

Políticas públicas de educação e escolarização de jovens e adultos implementadas por governos locais do Grande ABC, segundo ano de instituição, município e partido político no governo no ano de implantação, 1987 – 2000

Ano de instituição	Política pública	Município	Partido
1987	EJA	Diadema	PT
1988			
1989	SEJA	Santo André	PT
1990			
1991	PAC ⁸	São Bernardo do Campo	PT
1992			
	EJA	Mauá	PMDB
	PROMAC ⁹	São Bernardo do Campo	PSB
1994			
	Telecurso	São Bernardo do Campo	PSB
	MOVA	Diadema	PT
1996			
	MOVA	Santo André	PT
	MOVA	Mauá	PT
	MOVA	Ribeirão Pires	PT
1998	MOVA	São Bernardo do Campo	PSB
1999	PROALFA	São Caetano do Sul	PTB
2000	MOVA	Rio Grande da Serra	PT

Data-base:2003

O Quadro 2 permite verificar que, na década dos 80, foram desencadeadas políticas de educação de jovens e adultos nos municípios de Diadema e Santo André. O governo municipal do município de Diadema, sob a égide do Partido dos Trabalhadores, inaugura, em 1987, a concretização da idéia do direito à escolarização de jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou que dela tivessem sido excluídos. Há aqui uma anteci-

⁸ PAC – Programa de Alfabetização e Cidadania, de São Bernardo do Campo, instituído em 1991.

⁹ O PROMAC substituiu o PAC.

pação daquilo que seria aprovado em 1988 na Constituição Federal, em seu artigo 208, no qual consta o dever do Estado com a educação: “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria”. Ainda nesta década, na esteira de Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, respectivamente em 1989 e 1991, também instituíram serviços voltados exclusivamente para jovens e adultos. Estas iniciativas devem ser entendidas no quadro das lutas pela democratização que percorreram o País, ao longo da década dos anos 80, e que tiveram na figura de alguns sindicatos e do Partido dos Trabalhadores, com fortes elos entre si, atores centrais. Não sem razão, os dois serviços de educação de jovens e adultos que surgiram em governos petistas estão situados na região do sindicato que ganhou maior visibilidade no cenário nacional, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e de São Bernardo do Campo e Diadema.

Quando do levantamento de dados empíricos para este estudo, as ações públicas pesquisadas já estavam consolidadas. Em Diadema o SEJA já contava com 16 anos, em Santo André, 14 anos, e em São Bernardo do Campo, 12 anos. Elas foram desenhadas à luz dos princípios ético-políticos de direitos e cidadania, claramente explicitados no caso de Santo André e Diadema.

Na aquisição dos direitos sócio-políticos que fundam o conceito de cidadania plena de forma que os educandos possam investir na conquista e na ampliação desses direitos. (Objetivos do SEJA - Santo-André)

Levar o educando à aquisição do conhecimento, para fazer dele um instrumento de vivência no exercício de sua prática social. (Objetivo do EJA - Diadema)

Na década dos 90, dela excluído o ano 1991 e incluído o ano 2000, foram instituídas políticas de educação para jovens e adultos em todos os demais municípios do ABC e, de forma complementar aos serviços já existentes, em Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, outras modalidades de ações públicas foram gestadas neste campo específico.

O conjunto de políticas instituídas evidencia duas temporalidades nos modos de agir dos governos locais do ABC: dessas iniciativas, uma delas articulada por ações de atendimento ao direito à educação de jovens e adultos e marcadamente escolar; outra conformada por uma ação civil pública de combate ao analfabetismo. Tal realidade permite caracterizar a existência de duas gerações de políticas de educação da pessoa jovem e adulta no Grande

ABC: a primeira constituindo-se de políticas de escolarização, criadas sob a responsabilidade do Estado e instituídas na estrutura das administrações locais de Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá; a segunda marcada pela mobilização e ação de diferentes atores, tanto na etapa de seu delineamento como no processo de sua condução, envolvendo o Estado e a sociedade civil. Na segunda geração de políticas, o Estado e distintos parceiros assumem o compromisso político pela erradicação do analfabetismo entre os segmentos de jovens e adultos.

Ainda em 1993, no interior da vertente escolar, vemos a transformação do PAC-Programa de Alfabetização e Cidadania de São Bernardo do Campo em PROMAC e a criação do EJA no município de Mauá. Essas duas políticas ainda foram concebidas a partir das perspectivas da escolarização e do acesso e posse do conhecimento como direitos sociais, como se pode depreender das concepções que as percorrem.

Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades intelectuais e culturais do jovem e adulto, respeitando suas necessidades e revelando seus saberes, visando a promover o acesso a outros conhecimentos... para o exercício pleno da cidadania. (Objetivos do PROMAC - São Bernardo do Campo).

Erradicar o analfabetismo na cidade e incentivar a continuidade nos estudos. (Objetivo do EJA - Mauá).

A partir de 1995, vemos surgir na Região do ABC os Movimentos de Alfabetização - MOVAs, políticas fundadas nos princípios da mobilização e participação da sociedade civil no combate ao analfabetismo de jovens e adultos ainda existente na região. Pode-se dizer que os sete municípios, em 5 anos, adotaram práticas nesse sentido. São Caetano do Sul é o único município que não aderiu ao MOVAs, o que não quer dizer que não tenha desencadeado ações similares, pois o PROALFA cumpre a mesma função, conforme pode ser observado na análise das concepções dessas políticas.

Nos sete municípios do ABC, as idéias de direito, cidadania e participação crítica e inserção social percorrem todos os MOVAs locais, bem como o PROALFA. Além dessas características comuns, Santo André e Ribeirão Pires buscam, ainda, relacionar as ações dos MOVAs locais com as questões do mundo do trabalho, assim são propostos objetivos vinculados à "empregabilidade" e à profissionalização.

O grau de institucionalização das políticas permite reafirmar ou não as concepções expressas pelos gestores naquilo que diz respeito ao papel do Estado como também da sociedade civil. Assim, em quase todas as políticas

de educação de jovens e adultos da primeira geração pode-se observar a existência de uma instância, formalmente instituída na estrutura das secretarias de educação, responsável pela política de educação de jovens e adultos. Em Diadema, encontramos a Divisão de Educação de Jovens e Adultos; em Santo André, a Gerência de Educação de Jovens e Adultos; em São Bernardo, a Seção de Educação de Jovens e Adultos. Somente no Município de Mauá as atribuições públicas estão diluídas no interior de um grupo profissional genericamente denominado de Coordenação Técnica.

Já nas políticas da segunda geração pode-se perceber que essa tendência de institucionalização não é marca predominante. Nos municípios em que se configuraram as políticas da primeira geração, há uma tendência de atribuir a responsabilidade da condução do MOVA à mesma institucionalidade responsável pela EJA. A exceção nesse modo de agir reside no município de Santo André, pois nesta localidade o MOVA desde a sua fundação esteve sob a responsabilidade do Departamento de Educação do Trabalho - DET, da Secretaria de Educação e Formação Profissional - SEFP, dando ênfase, por meio desta vinculação, às relações educação e trabalho.

Ainda nas políticas da segunda geração, vamos encontrar o MOVA sendo conduzido por dirigentes de creche (Rio Grande da Serra), por professoras de Educação Infantil (São Caetano do Sul) e por um coordenador técnico (Ribeirão Pires), evidenciando uma clara diluição desta política no interior do aparato do Estado.

Estudos mais aprofundados e sistemáticos sobre esta segunda geração de políticas ainda são necessários, pois elas foram desenhadas e implementadas visando a consolidar a idéia de educação como um direito de jovens e adultos na Região do Grande ABC, numa estreita relação com a atuação dos diferentes atores, pois os MOVAs surgem no contexto da discussão sobre os dilemas e perspectivas de futuro para a região do ABC, movimento que deu origem a três instituições marcadas pelo recorte regional - o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC (1990), a Câmara Regional do ABC (1997) e a Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC (1998).

Desta forma, pode-se afirmar que as políticas da primeira geração nascem de um movimento voltado para fora, pela redemocratização do país, pela ampliação dos direitos sociais, com fortes raízes locais; as políticas de segunda geração nascem de um movimento interno, de auto-reconhecimento e re-orientação da identidade regional, pelas mãos de atores sociais e institucionais diversos presentes nos sete municípios do ABC.

Considerações finais

Os modos de agir dos governos locais da Região do ABC, a partir dos anos da década de oitenta, configuram duas gerações de políticas públicas visando à educação da pessoa jovem e adulta: as de primeira geração, recortadas pelas *idéias direito e do Estado provedor* e as de segunda geração marcadas pela *participação da sociedade civil*, mesmo que de forma pontual, e contando com poucos recursos financeiros. As políticas de primeira geração se consolidaram e integram as máquinas burocráticas das administrações locais, criando melhores condições para a sua permanência e desenvolvimento; já as políticas de segunda geração ainda não lograram atingir o mesmo *status*, pois incluídas de forma precária às estruturas burocráticas do Poder Público local e à mercê da descontinuidade político-administrativa dos governos.

Entretanto, o estudo também verificou que os governos locais do ABC, neste campo, assumiram a condição de atores e gestaram um feixe de possibilidades visando a garantir o direito constitucional e humano de educação das pessoas jovens e adultas. Tal orientação vem se materializando tendo a participação social como metodologia de trabalho e a ampliação e fortalecimento da esfera pública local e a democracia como fim. Não importa que tais modos de agir tenham gestado impasses e problemas, pois as possibilidades abertas são as mesmas que potencialmente carregam consigo as respostas com força suficiente para equacionar os problemas criados. Importa que, em contraposição as condutas descompromissadas dos Governos da Federação, os Executivos municipais do Grande ABC atuaram como protagonistas e assumiram o direito à educação e escolarização dos segmentos jovens e adultos como uma opção política de política educacional.

Referências bibliográficas usadas

- Almeida, Elmir de (2001) *Políticas públicas para a juventude em Santo André: "proposta para uma moderna condição juvenil"*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Beisiegel, Celso de Rui (1996) *Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos*. São Paulo.

- Daniel Filho, Bruno José (2003) *O orçamento participativo no seu devido lugar: limites colocados por seu desenho institucional e pelo contexto brasileiro – reflexões sobre a experiência de Santo André nos períodos 1989-1992 e 1997-2000*. 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Haddad, Sérgio & Di Pierro, Maria Clara (2000) Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, no. 14. p. 108-130.
- Martins, Heloísa Helena Teixeira de Souza (1994) *Igreja e movimento operário no ABC*. São Paulo: Editora Hucitec; São Caetano do Sul: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.
- Matteo, Miguel; Tapia, Jorge Ruben Biton (2002) Características da indústria paulista nos anos 90: em direção a uma city region? *Revista de Sociologia e Política*, no. 18, p. 73-93.
- Médici, Ademir; Pinheiro, Suely (1990) *1o. de Maio e os principais momentos da luta sindical em São Bernardo: 1902-1990*. São Bernardo do Campo: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.
- Nakano, Marilena (2004) *Jovens no encontro de gerações: democracia e laços solidários no mundo do trabalho*. 2004. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pochmann, Marcio; Amorin, Ricardo (organizadores) (2003) *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez. p. 223.
- Pontual, Pedro de Carvalho (2000) *O processo educativo no orçamento participativo: aprendizados dos atores da sociedade civil e do Estado*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- Sader, Eder (1988) *Quando novos personagens entraram em cena experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 329.
- Sposito, Marília Pontes & Haddad, Sérgio (2003) *Juventude, escolarização e poder local*. São Paulo, FEUSP/PUC-SP. p. 19 (Projeto de Pesquisa).
- VIEITEZ, Cândido Gerardes (organizador) (1999) *Reforma Nacional-Democrática e Contra-Reforma: a política do PCB no coração do ABC Paulista - 1956-1964*. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André. p. 239.